

## **Karõcan e Cryh : sobre o rio e as pedras**

Juliana martins pereira <sup>1</sup>

*“O maior trem do mundo*

*Puxado por cinco locomotivas a óleo diesel*

*Engatadas geminadas desembestadas*

*Leva meu tempo, minha infância, minha vida*

*Triturada em 163 vagões de minério e destruição”*

*Carlos Drummond Andrade*

### Resumo:

O território indígena Governador fica no sul do Maranhão, aonde vive um dos biomas mais ameaçados do Brasil. A transamazônica é residência dos Pyhcop Catij Gavião e dos Guajajaras Teneteharas, e possui a peculiaridade do encontro do cerrado com a Amazônia, tendo assim chapadas e florestas em sua constituição. A região se localiza em Amarante do Maranhão que hoje sofre com as consequências de dois grandes empreendimentos: A barragem do Rio Tocantins e a Ferrovia Carajás, coordenada pela Companhia Vale do Rio Doce, responsável, hoje, pela maior extração de ferro do mundo, além de manganês, cobre, ouro e mineração em geral. A proposta deste artigo é de compreender as estratégias das políticas reparatórias criminosas e seus desdobramentos nas ontologias das comunidades indígenas que convivem com uma diversidade de desordens causadas por grandes empreendimentos. Serão abordadas duas consequências graves para as comunidades indígenas e sua diversidade ontológica: A primeira diz respeito ao roubo de madeira em áreas onde residem seres não-humanos da região; O segundo problema seria a autorização de uma estrada sem estudos ou diálogo com as comunidades, que possivelmente acabará matando o Rio Batalha. Local que seria incluído em uma revisão de demarcação em curso, e que possui memórias e técnicas ligadas a ele.

Palavras-Chave: Transamazônica. Ontologias. Impactos.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás, com o apoio e incentivo da FAPEG – Fundação de Amparo à Pesquisa de Goiás.

## Contexto dos afetados

Existem diversas referências antropológicas sobre os territórios Timbiras, suas formas de nomeação, vida social, ritual e formato de suas aldeias. A cristalização que a antropologia consolidou ao longo dos anos nos deu uma ideia de comunidades rígidas, fechadas em si mesmas. Com o povo Indígena Pyhcop Catij não foi diferente de modo que na Terra Indígena Governador vivem grupos diversos com uma variação de etnônimos<sup>2</sup> ou Pyhcop Catij Guajajara. A Terra Indígena Araribóia e Governador no município de Amarante do Maranhão possuem estradas de acesso em comum.

Assim como em outras áreas indígenas existe conflito latente pelas políticas territoriais serem incompatíveis em uma dimensão ontológica, principalmente no que diz respeito aos grandes projetos de desenvolvimento que impeliu indenizações impossíveis, pela incompatibilidade entre o valor financeiro, e a vida.

O IBAMA lança editais para indígenas trabalharem no programa de prevenção ao fogo (Prevfogo), dando cursos e palestras de como evitar o incêndio nas florestas; Porém o entorno, ou seja, fazendeiros e produtores de carvão ilegal continuam nas Terras indígenas Governador e Araribóia; os primeiros queimando pastos, e os segundos trabalhando de forma análoga a escravidão. A população tanto da cidade como do campo, além de fazendas ilegais em território indígena, não recebem nenhum tipo de atividade educativa, e tampouco o desmatamento é combatido<sup>3</sup>. Mas nota-se pelas ações direcionadas a responsabilização dos povos indígenas em manter a “natureza” intacta.

O que diferenciam os fazendeiros dos povos indígenas são suas propriedades privadas que os tornam livres de obrigações com o entorno. Desse modo, as proibições feitas aos indígenas de caçarem ou pescarem no rio Batalha (pois, está fora da demarcação), mostram a diferença com que os indígenas e fazendeiros lidam com o

---

<sup>2</sup> A tese de doutoramento de Maycon Melo descreve a fundo o caso dos Pyhcop Catij e seus etnônimos. Porém ainda não existem trabalhos que abordam a questão da mistura em profundidade entre o povo Gavião e Guajajara. GAVIAO, P. B., MELO, M. A transmissão de nomes Gavião: Fabricando pessoas e coletividades. (Gaviaopyhcopcati ji amazonia maranhense). Articulando e construindo saberes. Goiânia V.2 n.1 p. 217-237, 2017. disponível em:<<https://www.revistas.ufg.br/racs/article/view/49014/24032>> 05/09/2017.

<sup>3</sup> No ano de 2016 a Terra indígena Araribóia chegou a ter 120 m<sup>3</sup> de desmatamento. Alves, V. E., Débora, A., Lima, M. L. C. N., & Kluck, E. G. J. (2018). O AVANÇO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS COMUNIDADES AGROEXTRATIVISTAS CAMPONESAS NO ESPAÇO REGIONAL DO MATOPIBA E PRÉ-AMAZÔNIA. *OKARA: Geografia em debate*, 12(2), 549-576.

ambiente, onde as fronteiras estão constantemente vigiadas<sup>4</sup>. Caso os indígenas decidam utilizar o rio para pesca, devem tomar cuidado para não serem vistos, ou correm o risco de perder seus pertences, armas ou a vida. Se pescarem de forma tradicional com plantas tidas como venenosas, podem matar algum gado que usufrua do rio, gerando conflitos. Muito se fala das ameaças de fazendeiros aos indígenas que decidem pescar todo verão no Rio batalha. O rio faz parte da “memória topográfica” tradicionalmente ocupada.

É necessário refletir sobre a responsabilização que se tem dado aos povos indígenas nos cuidados perante suas terras. Como sugere Descola (2011) o movimento ecologista impõe leis para proteger os animais somente com o fim de protegerem a si mesmos: A natureza foi egressa e se tornou objeto, nomeado como matéria prima. Os animais e plantas são considerados como sujeitos não autônomos, necessitados de proteção. Outro autor que reflete sobre as formas de se relacionar com a natureza é Arturo Escobar que utilizou do conceito *natureza capitalista* em uma proposta de pensar a natureza sem uma essência, que se transformou em um recurso a ser preservado e acumulado, para que desse mesmo modo, se torne novamente disponível aos humanos.

O que implica as queimadas em invasões na Terra Indígena Governador e TI Araribóia é a redução significativa das águas e das nascentes, que além de primordiais para a vida de vários seres humanos e Tão humanos. A morte de brejos é ausência da matéria prima que endurece os corpos da população indígena, pois são elas que carregam o fluido mágico: a urina da Sucuri (MELO, 2017). Também não existem mais animais para se caçar em abundância, de modo que a alimentação fica prejudicada.

Pretendo neste artigo fazer um exercício hermenêutico através da pesquisa campo e da investigação bibliográfica, sobre a ocupação e exploração do território citado, e quais os mecanismos legais os produziram em um quadro político que ignora a diversidade ontológica, produzindo injustiças e destituindo os humanos e Tão humanos de sua própria forma de humanidade.

## **O contrato CVRD/FUNAI e suas consequências**

---

<sup>4</sup> Um dos fatores decorrentes da necropolítica como sugere Mbembe (2005) é a recriação de fronteiras Coloniais em constante vigilância.

Diversas terras indígenas além das Araribóia e Terra Indígena Governador têm sido impactadas desde a implantação do Projeto Ferro Carajás e da construção da barragem no Rio Tocantins. Os limites foram impostos entre a Terra Indígena Krikati e Pyhcop Catij que compartilha a mesma língua<sup>5</sup>. A história do povo Gavião Pycop catij e dos Guajajaras teneteharas estão imbricadas, onde seus limites curtos são marcados pela presença de fazendeiros que se apropriaram das fronteiras dos dois territórios.

As diferenças entre os grupos são relevantes. Porém, estão em contato, compartilham eventos, lazer e o mesmo ambiente em alguns contextos. Segundo CTI (2006) 36% dos Pyhcop Catij se declaram também Guajajara, o que mostra a mistura, mesmo que em alguns contextos precisem decidir se são de uma etnia ou de outra. Diante disso, compartilham de problemas similares gerados pelo empreendimento da Vale do Rio Doce. O fato de 6 comunidades Teneteharas ocuparem hoje a Terra Indígena Gavião, tem sido colocados como problemático:

[...] as trocas matrimoniais e relações de maior proximidade que tem se tornado cada vez mais intensas nos últimos anos entre os Gavião-Pykopjê e Guajajara, acabam por envolver ainda mais aqueles indígenas no universo da exploração madeireira e de suas conseqüências (alcoolismo, violência na cidade, doenças sexualmente transmissíveis etc). (CTI,2006,p.68).

Valendo-me do conceito de Necropolítica de Achille Mbembe como partida para compreender os conflitos violentos na região, é relevante pensar nos mecanismos da soberania e dos projetos políticos de destruição humana e ontológica. O “enclave econômico” está relacionado aos grandes empreendimentos, que modificaram a relação entre as pessoas aonde se concentra a extração de materiais que nutrem a siderurgia. Segundo Mbembe (2005), estes enclaves produzem espaços de guerra e morte, aonde o crescimento da procura pelos produtos ali extraídos é o que alimentada os conflitos.

Segundo a federação dos municípios dos estados do maranhão FAMEM o senso de 2017 aponta para 1.855 famílias ocupando 60.273 mil hectares de terra aos arredores da Terra Indígena Governador, que por sua vez dispõe de 42 mil hectares. O alerta para reconhecer a região da mata intitulada como “Cunha da Faveira” veio por parte dos antropólogos desde meados dos anos 80. Porém além de se recusarem a atender as demandas de indenização e demarcação correta na época, a Funai não aceitou as indicações de antropólogos por parte da Associação Brasileira de Antropologia. A forma como o convênio entre a CVRD/Funai se desenrolou, deixou além de

---

<sup>5</sup> A homologação feita em 1982 com a demarcação injusta, hoje pelo processo de revisão.

negligência, políticas perversas como balcão de negociação e distribuição aleatória de recursos de forma desigual aos afetados, de modo que as assimetrias de poder não ficassem evidentes.

A Terra Indígena Araribóia teve 70% de todo seu território devastado nos últimos 20 anos segundo a Funai e o Cimi<sup>6</sup>. Os madeireiros, as pessoas que extraem carvão ilegalmente das terras indígenas citadas estão muitas vezes em um contexto de escravidão, segundo o centro de defesa de direitos humanos de Açailândia<sup>7</sup>. O que acontece na Pré-Amazônia hoje é a obliteração decorrente da implantação do Projeto Carajás feita pela Vale do rio doce. Através do Convênio CVRD-Funai” (nº. 59/82):

Após cerca de 18 meses de trabalho, um zoneamento ecológico da “área de influência” da Estrada de Ferro Carajás foi realizado pela CVRD, numa área de 890 quilômetros de extensão por 80 quilômetros de largura, a partir do qual foram elaborados 20 mapas temáticos abordando aspectos físicos, sociais, institucionais e econômicos (OLIVEIRA, 2004, p. 144)

Só foram consideradas as populações indígenas no local posterior a construção dos empreendimentos estabelecidos. A indenização da Vale e da Ferrovia Carajás (possibilitada através da pressão e de processos) foram direcionadas para benefício do próprio corpo administrativo da Funai, colocando as comunidades indígenas em segundo plano. Nesse momento existiam tensões geradas pela indenização que colocava em questão recursos, demarcação, falta de compromisso com os planejamentos por parte da Funai.<sup>8</sup> Desse modo além dos recursos não terem sido totalmente entregues, também não foram administrados com autonomia indígena. Além disso houve um aumento da população na região, se tinha como principal economia a serra e extração de madeiras.

A extração ilegal de madeira ainda tem sido feita dentro das duas reservas e a escassez de alimentos tem prejudicado a sobrevivência de ambas as etnias, afetando de forma negativa as relações entre elas. Hoje a demanda da retirada dos Guajajaras da Terra Indígena Governador é justificada pela tentativa de cercear o colapso dos recursos primordiais para a sobrevivência dos Pyhcop Catij, considerando uma das etnias como

---

<sup>6</sup> <https://www.cimi.org.br/2005/06/23574/>

<sup>7</sup> <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/trabalho-escravo/ongs-contra-o-trabalho-escravo/cdvdh-centro-de-defesa-da-vida-e-dos-direitos-humanos.aspx>

<sup>8</sup> Luz, Mara Lúcia. Andrade, M. M. Lúcia. [Carta comercial] 01 de outubro de 1986, São Paulo [para] FREITAS, M<sup>a</sup> de Lurdes. Coordenação do Meio Ambiente Companhia Vale do Rio Doce. 4 folhas.

A Carta que informa a saída das antropólogas que até então assessoravam as comunidades no trabalho de reparações diante da falta de cumprimento com o pagamento indenizatório na data prevista e diante da postura da Funai de ignorar as observações sobre a correção do erro de demarcação. Documento cedido ao CTI disponível em : <https://bd.trabalhoindigenista.org.br/sites/default/files/CTI01893.pdf> acesso: 03/11/2018

culpada por consequências dos empreendimentos. A maior parte da população Tenetehar Guajajara se mantém através de práticas tradicionais, contudo, é crescente o número de pessoas dessa etnia que estão extraindo madeira para sobreviver. Sobre as mudanças enfrentadas pelos teneteharas :

Se mantêm economicamente por meio dessas atividades, manutenção essa que se vê ameaçada face aos impactos ambientais que castigam a TI Arariboia, já que as queimadas e a extração ilegal de madeira são problemas que vêm provocando o desequilíbrio do complexo roça-mata-igarapé-quintal, e por consequência comprometem seus saberes e práticas culturais tradicionais, sua sobrevivência. (DE SÁ; SILVA, 2017, p. 272).

Desse modo, os “impactos ambientais” e sociais são compartilhados pelos dois grupos que historicamente sofre pelos desentendimentos na esfera política desde a década de 80, com a postura paternalista da Funai que cedeu para alguns Guajararas cargos de chefia, o que gerou hierarquias e conflitos (OLIVEIRA, 2004).

### **Consequências para diversidade ontológica**

Colocada as questões sobre o desastre, trago agora os diálogos com meus anfitriões na aldeia Bom Jesus. Trago Adréia Zhouri (2016) para o tensionamento do conceito de conflitos ambiental ou desastre, pois a evidencia das ações aqui citadas se configuram como conflitos-crimes. Não apenas contra os povos indígenas, mas sobretudo com a fauna, flora e as diversas formas de vida e memória Característico da corporação citada<sup>9</sup>, o contrato entre a Funai e a Companhia Vale do Rio Doce gerou uma falsa simetria nas políticas reparatórias em balcões de negociação, e em trocas constantes de antropólogos, contrariando indicações da Associação Brasileira de Antropologia.<sup>10</sup>

A ausência de laudos para a demarcação foi uma estratégia para supostos equívocos na demarcação, fazendo com que as comunidades indígenas não fossem atendidas pela FUNAI, que ignorou os estudos antropológicos para a demarcação. Os repasses de indenização da comunidade Pyhcop Catij não chegando até as comunidades, a Vale é questionada e responde apenas que a indenização foi efetuada.<sup>11</sup>

### **A duração e os agravantes relacionados à ontologia**

---

<sup>9</sup> No caso catastrófico de Mariana estudado pela autora, as mesmas manobras foram identificadas.

<sup>11</sup> Aqui seria a mesma referência, a carta direcionada a vale.

Desde 2014 frequento a Terra indígena Governador, aonde me casei e tive uma filha. Antes na aldeia Rubiácea, e hoje, posterior à cisão, frequento a Aldeia Bom Jesus, que fica à cerca de 30 km da cidade de Amarante do Maranhão. Todo conhecimento produzido durante os estudos antropológicos é “ombro a ombro”<sup>12</sup> com meus familiares coetâneos, devo situar a abertura que me foi concedida para uma pesquisa que com anos de convivência, trouxera-me surpresas e questões novas a cada visita. Fui até a comunidade neste ano de 2018 para visitar meu companheiro Jyt puc, e propor a pesquisa junto a eles que se declaram como Pyhcop Catij e Guajajara<sup>13</sup>. A pesquisa foi aceita diante da nossa proximidade.

Era verão: Agosto. Acordamos dispostos a ir para a roça. Seria ideal ir cedo, já que fazia bastante calor, banhariamos no igarapé. A roça fica dentro da floresta, região conhecida como “Sadoro” ou “rumo do gado”<sup>14</sup> quando acaba a chapada. Todos núcleos familiares da Aldeia Bom Jesus cultivam roça ali no mesmo lugar, motivados pela qualidade da terra. Os núcleos familiares tem um consenso de trabalharem próximos, colocando suas roças uma ao lado da outra. Estes núcleos são compostos pela tradição da matrilocalidade, ou seja, residem os maridos na casa das mulheres com a sogra e sogro. As exceções existem. Na residência do meu sogro, alguns dos filhos casados optaram por morar com ele, e trabalham coletivamente na roça do pai.

A paisagem vai se modificando aos poucos quando saímos da Aldeia para entrar na floresta. A areia se torna mais escurecida, e as sombras começam a nos proteger do sol. As árvores, já outras, são altas e aglomeradas, com cipós, e vegetações menores ao redor delas. O deslocamento na floresta se dificulta diante da trilha, ser composta por ladeiras altas. Há locais alagados, e veredas com buritis mais próximas das roças. Cada roça pertence a um núcleo, algumas com pequenas cabanas, e uma distancia pequena as divide.

O banho ali é possível porque a família Nascimento havia trabalhado muito para “aumentar a água” fazendo modificações na paisagem onde aparentemente a natureza está dada. Mantem-se a floresta de pé, no “rumo do gado” não entra trator ou maquinário para produção. Trabalho de plantio tradicional. Dias antes, a região da mata

---

<sup>12</sup> Na introdução do livro “memória e sociedade” de Eclea Bosi, é considerado o “compromisso afetivo” com a pesquisa, e também ressalta-se o vínculo como um sofrer irreversível.

<BOSI, Eclea. *Introdução* in Memória Social. Lembrança de velhos. São Paulo. Cia das Letras. 1994.>

<sup>13</sup> A etnología tem trabalhado os conceitos de mistura e a anti-hibridez (GOLDMAN, 2015) (NUNES, 2014) que não são assuntos centrais deste trabalho, porém, ele é permeado por essa questão, ser Gavião e Guajajara, e não uma coisa ou outra.

<sup>14</sup> Esta área tem acesso fácil hoje, pois existe uma estrada que liga, cidade ao povoado Campo Formoso.

havia sofrido uma devastação por madeireiros. Jyt subiu em um monte para olhar as proporções do desastre e me disse que ali haviam “bichos” ou “espíritos”<sup>15</sup>.

Sobre o local degradado existem histórias que passou de geração em geração. A história justificava a recomendação dada a mim para permanecer na roça enquanto ele olharia. A memória acionada ali era da ordem da vivência, revelando tempos e espaços, ou o que Cornelia Eckert e Ana Luzia C. Rocha (2013) chama “consciência-tempo”. Sobre esse tempo antigo, me foi narrado que existiu um tempo em que os Guajajaras e os Pyhcop Catij não se relacionavam<sup>16</sup>. Naquele tempo, houve guerra entre os grupos, com mortes. Deste modo, Mekarõs vivem naquele lugar. eles estão ali, e podem agir sobre nós. Por isso seria necessário distancia.

Na análise de Manuela Carneiro da cunha, Mekarõs possuem suas especificidades como seres dotados de substâncias amorfas e mutáveis, deixando o corpo durante o sonho, a doença ou após a morte de forma definitiva, indo assim residir em outro local. “os mortos são a imagem invertida dos vivos” (CUNHA, 2018, p.71). Descreve-se nesta análise a categoria “nós” onde a vida está para a humanidade mehi (Timbira), assim como a morte está para os “outros” (Mekarõs) e a vida constitui então pessoas, identidades e afinidades<sup>17</sup>. Mas poderíamos pensar de outro modo nos questionando:

Por que nossos corpos devem terminar na pele? Por que, na melhor das hipóteses, devemos nos limitar a considerar como corpos, além dos humanos, apenas outros seres também envolvidos pela pele? (HARAWAY, 2000, p. 92)

Também dessa região, existem buracos em pedras, casa dos Karõcan<sup>18</sup>. não é recomendado ir até o local, sendo estes seres perigosos. Nota-se que eles estão ali pelo cheiro, que eu por ser não indígena, não conseguiria identificar, somente quem viveu ali

---

<sup>15</sup> A tradução feita foi nestes termos, para que eu pudesse compreender por proximidade do que se tratavam essas outras formas de vida. A cosmovisão ou ontologia dos povos indígenas não estão incluídas no binarismo natureza e cultura, que a modernidade e o colonialismo perpetuou através do liberalismo global em nome de um progresso que, na verdade, trouxe vários prejuízos ecológicos a toda humanidade. Arturo Escobar usa a ideia de ontologias relacionais, aquelas que não funcionam de acordo com o binarismo e a racionalidade ocidental. “mundos e ontologias relacionadas” no texto “Territorios de diferencia: la ontologia política de los “derechos al territorio” de 2015.

<sup>16</sup> Hoje além da mistura, os campeonatos de futebol e festas evangélicas reúnem amigos e parentes de ambas etnicidades. Quando estou na aldeia, costumo ir a outras comunidades Guajajara para tomar banho de rio.

<sup>17</sup> Azanha (1979) expõe argumentos para discordar de Manuela Carneiro da Cunha nos conceitos sobre os Karõs. Além de adjetiva-los em seu texto, o autor também mostra como as relações entre eles e os humanos não os coloca em oposição, mas os afasta em algum grau.

<sup>18</sup> Os Carõcan vivem dentro das cavernas de pedra, constroem famílias ali, e são extremamente perigosos. Se cobrem com uma espécie de roupas de pêlos. Interessante observar que também são mencionados como presentes em outros locais, e também mencionados pelos Guajajaras Teneteharas.

por toda vida, e por questão de experiência reconheceria. É arriscado estar no local da roça sozinho pela proximidade com estes seres. É instruído que ao ouvir um assobio diferente, não vá procurar por alguém pois o assobio do Karõcan. É indicado quando se está sozinho na roça ou proximidades, ligar uma musica animada no celular ou fazer fogo, para que os Karõcan se afastem e nos evitem. Aqui percebemos que as relações trazendo regras e premissas complexas.

Arthuro escobar cita em seu artigo “ Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio” casos semelhantes de multinacionais invadindo territórios de maneira criminosa na Colombia, alegando propostas de “desenvolvimento sustentável”, mas que na verdade se dedica a globalização e ao mercado global. Estas ações tem uma duração longa de graves consequências. A resistência e o ataque a estas populações são situações irreduzíveis, a disputa pelo território e pelos recursos chamados “naturais”, são na verdade disputas ontológicas. A luta pelo território na América Latina recebe um novo olhar diante destes posicionamentos aonde a crise ecológica está relacionada a subtração dos direitos a autonomia dos territórios tradicionais e suas formas de respeitar e conceituar a vida.

Al hablar de cosmovisión, por ejemplo, o al afirmar que la crisis ecológica y social actual es una crisis de modelo civilizatorio, al apostarle a la diferencia, o al referirse a la identidad y, especialmente y como veremos en la próxima sección, al insistir en el ejercicio de su autonomía (ESCOBAR, 2015, p.92)

Durante o verão deste ano, também encontrei diversas vezes as mulheres colhendo folhas de tucum<sup>19</sup> para fazer uma rede de pesca chamada Cryh. Coloca-se as folhas em um balde com água para mante-las verdes por dias. Então começa-se a retirar a fibra uma a uma destas folhas, e torce-las juntas. O resultado de pressionar as fibras para frente e para trás ao longo da parte externa da coxa, resulta em fios que são muito resistentes. Estes serão unidos em uma linha única, para fazer assim um novelo de linhas de fibra de tucum. Tento fazer algumas vezes, e não sai como o das minhas cunhadas, que dominam a técnica. No fim da tarde as mulheres de outras casas chegam com seus novelos, para conversar, sorrir, e trançar cada uma o seu cryh.

As crianças participam, desenvolvendo a técnica, ao modo da sua faixa etária. Existem algumas redes prontas do verão passado, mas o trabalho continua, porque o Cryh movimentam as pessoas. Algumas redes estão jogadas pelo chão da aldeia, rasgadas, e servem de brinquedo para as crianças. Naquele verão pescariam no Rio Batalha. Este

---

<sup>19</sup> Espécie de palmeira abundante na região.

rio não foi incluído na demarcação, mesmo tendo memória e vida ligada a ele. Esta rede é feita apenas para se pescar neste Rio, fazendo do Cryh um documento da memória imaterial. A técnica desaparece se o rio deixar de existir, pois sua confecção não faria mais sentido. Mas logo o rio será também afetado, já que o atual governador autorizou a pavimentação da rodovia MA-275 por cima dele.

A revisão da demarcação que está acontecendo não foi um impedimento para se consolidasse o empreendimento. O cryh seria um “agregado de fios vitais” (INGOLD, 2012) diferentemente de um objeto, pois ele participando da vida e sua dinamicidade. O cryh é resistência aos limites impostos, se mantendo como memória Imaterial mesmo com a desordem causada pela Vale, e mesmo com a negação do direito de existir por parte das políticas territoriais injustas.

Concluo que é urgente que as legislações nacionais reconheçam outras formas de vida que possam modificar a ideia de um território fechado com relações e premissas baseadas apenas em comunidades humanas, presa a concepção de propriedade privada, mesmo não possuindo os mesmos direitos legais que caracteriza uma propriedade. Um novo conceito de território deve levar em conta todas as entidades que ali vivem e relações interétnicas, sem obliterar as ontologias específicas que fazem parte da especificidade desses sujeitos e como consequência a jurisdição que os atenda (SURRALLÉS; HIERRO, 2004, p.287)

### Referências

CTI. Estudos de complementação dos impactos socioambientais da UHE Estreito mas Terras Indígenas Kraolândia, Apinajê, Krikati e Governador. Estudos Etnoecológicos. 2006.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspás*. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

DE SÁ, Maria José Ribeiro; SILVA, Maria das Graças. "VIDA E SABERES CULTURAIS COTIDIANOS EM UMA ALDEIA TENTEHAR." *Articulando e Construindo Saberes* 2.1.

DESCOLA, Philippe. “Más allá de lanaturaleza y de la cultura”. *Cultura y Naturaleza*, Jardín Botánico de Bogotá José Celestino Mutis, 2011, p. 76-97.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza C. da. *Etnografia da duração: estudos de memória coletiva*. In *Etnografia da duração*. Porto Alegre: Marca Visual. 2013.

ESCOBAR, arthuro .Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. *revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*,UFPR v. 35, p. 89-100, dez. 2015. Vol. 35, dezembro 2015, DOI: 10.5380/dma.v 35i0.43541

GOLDMAN, Márcio. *Quinhentos anos de contato: Por uma teoria etnografica da (contra)mestiçagem*. *Mana*,21(3),2015,p.641-59. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v21n3/0104-9313-mana-21-03-00641.pdf>> Acesso em: 15 mai. 2018.

HARAWAY, D., Kunzru, H., & TaDeu, T. (2000). *Antropologia do ciborgue*. Belo Horizonte: Autêntica.

INGOLD, Timothy. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre , v. 18, n. 37, p. 25-44, jun. 2012 . Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832012000100002>> Acesso em: 03 nov. 2018.

MBEMBE, Achille. "*Necropolítica. Arte & Ensaios*." Rio de Janeiro, 2005.

MELO, Maycon Henrique Franzoi de. O nome e a pele: nomeação e decoração corporal Gavião (Amazônia maranhense). 2017. 411 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

NUNES, Eduardo Soares. O constrangimento da forma: transformação e (anti-)hibridez entre os karajá de Buridina(Aruanã-GO). *Revista de antropologia*, v.57,n.1,2014. Disponível em: < [http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/87762/pdf\\_8](http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/87762/pdf_8)> Acesso em: 01 nov. 2018.

OLIVEIRA, Adalberto L. R. de. Projeto Carajás, Práticas Indigenistas e os Povos Indígenas no Maranhão. In: Peter Schröder (org): *Revista Antropológicas*, Ano 8, Vol. 15 n.2, 2004.UFPE-CFCH (PPGA). Recife: Ed. da UFPE, 2005.

SURRALLÉS, Alexandre; HIERRO, Pedro García. (ed.). *Tierra adentro: Territorio indígena y percepción del entorno*. No. 39. IWGIA, 2004.

ZHOURI, Andréa et al. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social.*Ciência e Cultura* v. 68, n. 3, p. 36-40, 2016.Disponível em:<[http://cienciaecultura.bv/scielo.php?pid=S0009-67252016000300012&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bv/scielo.php?pid=S0009-67252016000300012&script=sci_arttext)> Acesso:10 out. 2018.

### **Obras consultadas**

BRASIL. *Decreto nº 88.001, de 28 de dezembro de 1982*. Brasília: DOU Diário Oficial da União. Homologação e a demarcação da área indígena Governador. Publicado no D.O.U. de 29 de dezembro de 1982.

VAN DEURSEN VARGA, I. (2008). A insustentável leveza do estado: devastação, genocídio, doenças e miséria nas fronteiras contemporâneas da Amazônia, no Maranhão. *Acta Amazônica*, 38(1).

ZANNONI, Cláudio. Conflito e coesão: o dinamismo tenetehara. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 1999.